



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 161/11

Inclui o artigo 7º-A a redação da Lei nº 16.322, de 18/12/2009.

Art. 1º Fica acrescido o artigo 7º-A a redação da Lei nº 16.322, de 18 de dezembro de 2009, nos seguintes termos:

“Art. 7º-A A rede farmacêutica fica obrigada a disponibilizar a população em geral, no âmbito do Estado do Paraná, recipientes, em local visível, para descarte de medicamentos vencidos, estragados ou fora das condições de uso”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 768/11

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel especificado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, com sede no Município de Umuarama.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS, com sede no Município de Umuarama, de parte do imóvel constituído pelos lotes de 1 a 8, da Quadra A-2, com área de 4.224,50 m², parte de área maior no total de 11.200,00 m², matriculado sob nº 13.200, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de 25 anos, até 31 de dezembro de 2.036.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 824/11

Cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 1º Fica criada 01 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - acrescentando ao art. 263 o inciso XXX, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 263...

I - ...

(...)

XXX – na Comarca de Cruzeiro do Oeste:

a) a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

(...)"

Art. 2º Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito, de entrância intermediária, na Comarca de Cruzeiro do Oeste, para a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, modificando os Anexos V e IX (tabela 1), da Lei referida no artigo 1º.

Art. 3º A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste, de entrância intermediária, criada por esta Lei, passa a integrar os Anexos IV e VIII, da Lei referida, no artigo 1º, com jurisdição nas seguintes Comarcas:

- I - Alto Piquiri;
- II - Altônia;
- III - Campo Mourão;
- IV - Cianorte;
- V - Cidade Gaúcha;
- VI - Cruzeiro do Oeste;
- VII - Goioerê;
- VIII - Guaíra;
- IX - Icaraíma;
- X - Iporã;
- XI - Loanda;
- XII - Mamborê;
- XIII - Peabiru;
- XIV - Pérola;
- XV - Santa Isabel do Ivaí;
- XVI - Terra Roxa;
- XVII - Umuarama;
- XVIII - Xambrê.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 827/11

Cria a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho na Comarca de Cascavel, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o inciso I, do artigo 256, da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido da alínea "c", com a seguinte redação:

"Art. 256. Fica criado nas Comarcas de entrância final o seguinte:

I – na Comarca de Cascavel:

a) ...

(...)

c) a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho."

Art. 3º Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito, de entrância final, para a Comarca de Cascavel.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.1.
Fla. 01

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 265/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 MAR. 2011

[Assinatura]
1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituições de educação superior privadas, que ofertarem bolsas de estudos, a publicarem os critérios de concessão das referidas bolsas, bem como os nomes dos beneficiados.

DECRETA:

Art. 1º Ficam as instituições de educação superior privadas, que ofertarem bolsas de estudos, obrigadas a publicar, anualmente, via mural, páginas oficiais da internet e demais meios de comunicação apropriados, os critérios de concessão das referidas bolsas, bem como os nomes dos beneficiados e percentual de valores das mesmas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/11.

[Assinatura de Douglas Fabrício]

DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa aumentar o conhecimento da população universitária, bem como a população em geral, acerca dos critérios de concessão e das ofertas de bolsas de estudos das instituições, fazendo com que todos possam pleitear e se beneficiar em situação de igualdade.

Pelo exposto, solícito, com a devida vênica, aos nobres Deputados e Deputadas, a aprovação do presente projeto de lei.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 265/11

Projeto de Lei nº 265/11

Autor: Deputado Douglas Fabrício

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituições de educação superior privadas, que ofertarem bolsas de estudos, a publicarem os critérios de concessão das referidas bolsas, bem como os nomes dos beneficiários.

EMENTA: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADAS. PUBLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO DE BOLSAS. POSSIBILIDADE. DIREITO À INFORMAÇÃO DE FORMA IGUALITÁRIA. ART. 5º, XIV DA CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, visa tornar obrigatório a publicação anual, via mural, páginas oficiais da internet e demais meios de comunicação os critérios de concessão de bolsas, bem como, os nomes dos beneficiados e percentual de valores das mesmas.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO



DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Este é o entendimento da Constituição do Estado do Paraná:



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Da análise do projeto em tela, nota-se que o objetivo é disciplinar a obrigatoriedade da publicação dos critérios para concessão de bolsas de estudos, nas instituições privadas de educação superior, fazendo com que todos possam pleitear e se beneficiar em situação de igualdade, conforme justificativa do autor.

Diante disso, cumpre destacar o direito à informação previsto na **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, artigo 5º, inciso XIV:

é assegurado a todos o acesso à informação (...)

Uma vez possibilitado o acesso, a informação torna-se pública, daí decorrendo o direito de todos receberem-na e exigirem-na. Denota-se, então, que o direito à informação, trata-se de direito assegurado pela Carta Magna não sendo admissível restringir pessoas ou grupos de pessoas, deverá estar ao alcance de todos de forma igualitária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 121

Nesse sentido, preconizam Luiz Alberto David Araújo e Vidal Serrano Nunes Júnior¹:

O direito de ser informado, compreendido como o direito de receber informações, não pode ser entendido sem algumas restrições exegéticas. É que só se pode investir alguém no direito de receber informações quando simultaneamente atribuir-se a outrem o dever de informar.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de JUNHO de 2011.

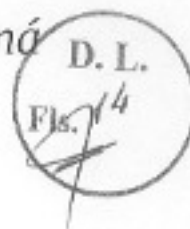

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI

RELATOR •

¹ ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 8. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. pág. 120



PARECER AO PROJETO DE LEI 265/2011

Autor: Deputado Douglas Fabrício

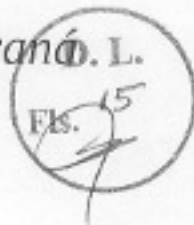
Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituições de educação superior privadas, que ofertarem bolsas de estudos, a publicarem os critérios de concessão das referidas bolsas, bem como os nomes dos beneficiários.

PREÂMBULO:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, visa tornar obrigatório a publicação anual, via mural, páginas oficiais da internet e demais meios de comunicação os critérios de concessão de bolsas de estudos, bem como, a divulgação dos nomes e percentual de valores dos referidos benefícios.

FUNDAMENTAÇÃO:

Cabe ressaltar que a essa Comissão de Educação cabe emitir o presente parecer, com fulcro no que dispõe o Regimento Interno dessa Casa de Leis, em seu artigo 30 § 1º. inciso I:



"A emissão de pareceres conclusivos sobre proposições, em qualquer fase da tramitação processual legislativa, manifestando-se em todas as matérias correlatas a sua área temática, quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre o mérito e oportunidade das questões, podendo propor emendas, arguindo e analisando o interesse público, procurando sempre aumentar a qualidade dos resultados legislativos".

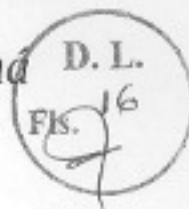
Dessa forma, antes de adentrarmos ao tema principal, vale esclarecer que para questões didáticas, considera-se bolsa de estudo, *"a quantia despendida por pessoa física ou jurídica destinada ao custeio do aprimoramento cultural, técnico ou profissional de terceiro"*.

Assim sendo, muito embora a concessão das bolsas de estudos consiste em mera liberalidade das instituições de ensino, uma vez ofertada, faz-se necessário assegurar a todos os interessados a prévia e ampla divulgação de tais benefícios, evitando com que haja possíveis limitações e desconhecimento de alguns interessados, tudo em observância ao **Princípio da Isonomia**, consagrado no art. 5º, caput, da CF, que assim preconiza:

"todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



O mesmo entendimento também está disperso por vários outros dispositivos constitucionais, tendo em vista a preocupação da Carta Magna em concretizar o direito a igualdade.


CONCLUSÃO:

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2011.



DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR
PRESIDENTE



DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PARECER AO PROJETO DE LEI 265/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Douglas Fabrício propôs o Projeto de Lei nº 265/2011 com o intuito de tornar obrigatório às instituições privadas de ensino superior que concederem bolsas de estudo, a publicação anual, via mural, páginas oficiais da internet e demais meios de comunicação, dos critérios de concessão das bolsas ofertadas, do seu percentual de valores e dos nomes dos seus beneficiados.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Alexandre Curi, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

O Projeto também recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, cujo relator foi o ilustre Deputado Pr. Edson Prazczyk.

Desse modo, caberá análise desta Comissão de Ciência e Tecnologia acerca do mérito deste Projeto, nos termos do artigo 33-T e incisos do Regimento Interno desta Casa, merecendo aprovação também nesta Comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

O ordenamento jurídico brasileiro determina que cabe ao Estado a promoção e incentivo do desenvolvimento científico e tecnológico.



COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A importância do tema é tamanha que a Constituição Federal destinou capítulo específico para tratar do assunto. O Capítulo IV, denominado Ciência e Tecnologia, estabelece que o Estado deve apoiar a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e conceder aos que delas se ocupem os meios e condições especiais de trabalho.¹

Essa mesma garantia é tratada pela Constituição do Estado do Paraná, também em capítulo específico.² A Constituição Estadual vai além ao determinar que cabe ao Poder Público, com a participação da sociedade, em especial das instituições de ensino e pesquisa, bem como das empresas públicas e privadas, a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.³

Sabemos que o desenvolvimento científico e tecnológico passa necessariamente pela educação, portanto, qualquer ação que a incentive ou promova deve ser apoiada pelo Estado.⁴

Não obstante, não cabe ao Estado apenas a garantia ao acesso a educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico. É preciso que tal acesso seja concedido de forma igualitária e isonômica entre os cidadãos.

O Princípio da Igualdade, insculpido no artigo 5º da Lei Fundamental, determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Entretanto, nas situações em que não é possível a concessão de determinado benefício a todos os cidadãos, faz-se necessário o estabelecimento de critérios objetivos para a escolha dos beneficiados, evitando assim a discricionariedade na escolha de uns em detrimento de outros.

¹ Art. 218, §3º, Constituição Federal.

² Capítulo III, Constituição do Estado do Paraná.

³ Art. 200, Constituição do Estado do Paraná.

⁴ Art. 177, Constituição do Estado do Paraná. Art. 205, Constituição Federal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA


Portanto, ao determinar que as instituições privadas de ensino superior, publiquem os critérios de escolha para que sejam selecionados os estudantes que serão beneficiados com bolsas de estudo, o Estado estará contribuindo para o acesso à educação e o desenvolvimento científico e tecnológico em consonância com o Princípio da Igualdade.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

05/10/11


DEPUTADO TERUO KATO
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse - Deputado Nercu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Mello

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 265/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Educação, da Comissão de Ciência e Tecnologia, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Douglas Fabrício, a obrigatoriedade legal de que as instituições privadas de ensino superior tornem público os critérios de concessão para obtenção de bolsas de estudo.

Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que a publicidade dos critérios de concessão das bolsas de estudo colocará todos os candidatos em situação de igualdade,


opinião esta compartilhada pelos membros de todas as demais Comissões que analisaram o Projeto de Lei.



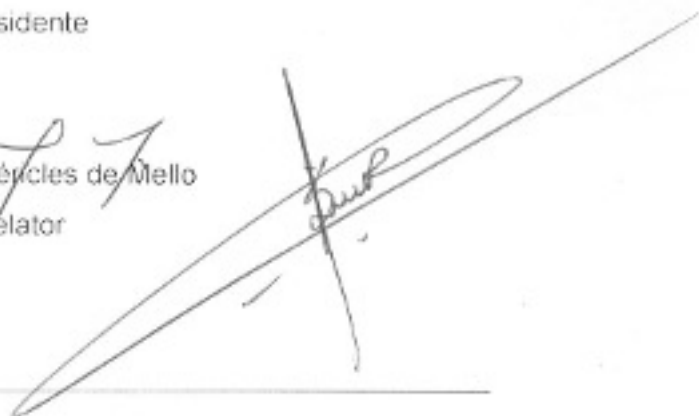
Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 265/2011.

Sala de Reuniões, 16/11 de 2011.


Deputado Leonaldo Paranhos
Presidente


Deputado Percles de Mello
Relator





GABINETE DO GOVERNADOR



764 ~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 764/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pirai do Sul, do imóvel que especifica.

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pirai do Sul, do lote "A" da Matrícula n.º 3.569 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul, com área de terreno de 130.196,00 m², situado na Av. David Federman.

Art. 2.º – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para o desenvolvimento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3.º – O Município terá o prazo de 02 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 54/2011

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Pirai do Sul.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois esse contrato em particular visa imóveis certos, incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Proc. 10.982.118-7 lhph

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual n.º 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos seguintes termos:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I – **existência de interesse público devidamente justificado;**

II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração. (Grifo nosso)

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;

José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumpridamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: *autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado*. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Sendo assim, resta comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Pirai do Sul funcionam projetos sociais, bem como utiliza-se o local para uso da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Secretaria Municipal de Agricultura.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.

GABINETE DO GOVERNADOR



Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, existindo interesse público, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

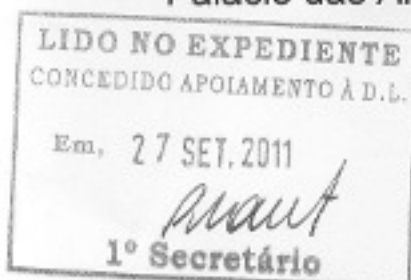

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011
OF CEE/G 138/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 26/9/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 54/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Piraí do Sul.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:06 27/09/2011 007476 OFP RESSONIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 16

PARECER AO PROJETO DE LEI 764/11

Projeto de Lei nº 764/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.054/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Piraí do Sul, do imóvel que especifica.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 054/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Piraí do Sul.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 17

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grito nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

18

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

19

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I - existência de interesse público devidamente justificado;

II - prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III - autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV - licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grito nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: **autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.


Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 764/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 54/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pirai do Sul, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

Relator

relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner
MEMBROS

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 764/2011

Projeto de Lei nº 764/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 54/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Pirai do Sul, do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 764/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 54/11, objetiva efetuar a doação ao município de Pirai do Sul, do lote “A” da matrícula nº. 3.569 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul, com área de terreno de 130.196,00 m², situado na Avenida David Federman.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 764/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Pirai do Sul, com o intuito de desenvolvimento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Cumprindo a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

D. L.
Fls. 24

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para efetuar a doação deste imóvel. O **Projeto de Lei 764/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população de forma meramente justificada, a partir da doação do imóvel, poderá se beneficiar a população do município de Pirai do Sul.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 54/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum. Conforme cita a Mensagem do Executivo, na qual dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser avaliado e aprovado por esta Comissão.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR


D. L.
Fls. 27

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta terá benefícios indiscutíveis ao município de Pirai do Sul, com um trabalho benéfico ao bem estar de toda a população.

Desta forma opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 764/11**, em sua forma apresentada.


Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 21 de novembro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO

Relator



~~PROJETO DE LEI N.º 787/2011~~ PROJETO DE LEI N.º 787/2011

Súmula: Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, conforme especifica.

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual do Estado do Paraná para o período de 2012 a 2015 – PPA 2012-2015, elaborado em consonância com o art. 133 da Constituição Estadual.

Art. 2º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental, estruturado em Programas e Iniciativas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos.

§ 1º Os Programas e Iniciativas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos, com as mesmas codificações, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 2º Os Programas representam o elemento de integração entre o Plano e o Orçamento.

§ 3º As iniciativas, quando orçamentárias, correspondem aos projetos, atividades e operações especiais constantes dos orçamentos anuais.

§ 4º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 3º Integram esta Lei os seguintes Anexos:

- I. Programas Finalísticos;
- II. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;
- III. Obrigações Especiais.

Art. 4º As estimativas de recursos dos Programas e Iniciativas constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual, conforme disposto no inciso VI, § 3º do art. 133 da Constituição Estadual.

Art. 5º Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 6º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:

I. alterar o valor global do Programa (incluir, excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos);

II. adequar a quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias;

III. incluir, excluir ou alterar iniciativas decorrentes de aprovação de operações de crédito internas e/ou externas, necessárias à execução dos programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida;

IV. descentralizar recursos dos Programas Especiais previstos na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de iniciativas específicas nas Unidades Orçamentárias executoras, por ocasião da formalização dos contratos.

V. incluir iniciativas não orçamentárias.

§ 1º O Plano poderá ser objeto de revisão mediante projeto de lei, sempre que necessário, ressalvado o disposto no caput deste artigo.

Art. 7º Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

Art. 8º Cabe à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) estabelecer normas complementares para a gestão, monitoramento e avaliação do PPA 2012-2015.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 27 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 63/2011

Curitiba, 27 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná, submeto à consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

O Governo do Paraná, embasado nas Orientações do Governo Federal para o PPA 2012-2015 e na sua intenção da retomada do planejamento, adotou um novo modelo para o PPA Estadual, de caráter estratégico, visando à transparência da atuação governamental.

A presente proposta incorpora os compromissos das Metas de Governo para o qual fui eleito e traduz as diretrizes e os objetivos estruturados em Programas, seus Indicadores e Iniciativas.

Tendo em vista as especificidades do nosso Estado, em síntese, o Plano contempla 21 (vinte e um) Programas Finalísticos, 04 (quatro) Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, além das Operações Especiais.

Este Plano concentra os esforços a serem empreendidos nos próximos quatro anos, para a implementação das políticas públicas com uma visão do Estado para Resultados objetivando construir O NOVO PARANÁ.

As áreas estratégicas são educação, saúde, segurança pública e proteção social.

Não menos importante são os Programas e Iniciativas das demais áreas, que visam aumentar a riqueza do Estado, ampliando a integração e o valor agregado em distintos campos da economia. Além disso, o planejamento de médio e longo prazos, a reorganização da administração e a profissionalização da estrutura estatal são fundamentais para alcançarmos as metas e resultados aqui propostos e, assim, restaurarmos a confiança no Estado como mediador das soluções tão esperadas pela sociedade.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR



Pelo exposto, espero contar com o apoio dessa Assembleia Legislativa para a aprovação deste instrumento programático – o Plano Plurianual 2012-2015, base para a construção do PARANÁ DO FUTURO com qualidade de vida e desenvolvimento em todo o Estado.

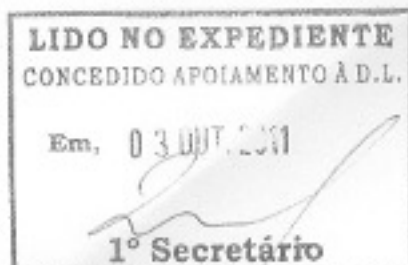
Aproveito para reafirmar meu respeito e consideração pelos nobres parlamentares, certo de que a aprovação desta proposta é mais uma oportunidade para fortalecer a nossa aliança em benefício do povo paranaense.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 27 de setembro de 2011
OF CEE/G 157/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 29/09/2011

Pracidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 63/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JU

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14/20 03/10/2011 08:07:40 000 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 787/11

O Projeto de Lei acima epigrafado, encaminhado pelo chefe do Poder Executivo Estadual – Mensagem nº 63/2011, para este Legislativo, dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. O presente atende o regramento constitucional no que diz respeito à indicação das diretrizes, objetivos e metas. O plano é orientado a partir de uma estratégia de desenvolvimento de médio prazo da administração pública.

O texto da lei que esta Relatoria ora apresenta mantém, em linhas gerais, a proposta encaminhada pelo Executivo. As alterações promovidas foram feitas no sentido de acolher as emendas apresentada pelos Senhores Parlamentares.

Ao Projeto de Lei, foram apresentadas 97 (noventa e sete) emendas, das quais esta Relatoria acolheu 87 (oitenta e sete) que disseram respeito à inclusão de novas ações orçamentárias. O restante, rejeitadas por estarem em duplicidade.

Ante ao exposto, apresentamos **PARECER FAVORÁVEL**, na forma do **SUBSTITUTIVO GERAL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 2011.

Deputado NEREU MOURA

Presidente

Dep. CESAR SILVESTRI FILHO

Relator

Ass. Min. 376.7



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 787/11

Súmula: Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, conforme específica.

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual do Estado do Paraná para o período de 2012 a 2015 – PPA 2012-2015, elaborado em consonância com o art. 133 da Constituição Estadual.

Art. 2º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental, estruturado em Programas e Iniciativas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos.

§ 1º Os Programas e Iniciativas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos, com as mesmas codificações, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 2º Os Programas representam o elemento de integração entre o Plano e o Orçamento.

§ 3º As iniciativas, quando orçamentárias, correspondem aos projetos, atividades e operações especiais constantes dos orçamentos anuais.

§ 4º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 3º Integram esta Lei os seguintes Anexos:

- I. Programas Finalísticos;
- II. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;
- III. Obrigações Especiais;



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 4º As estimativas de recursos dos Programas e Iniciativas constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual, conforme disposto no inciso VI, § 3º do art. 133 da Constituição Estadual.

Art. 5º Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

Art. 6º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:

- I. alterar o valor global do Programa (incluir, excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos);
- II. adequar a quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias;
- III. incluir, excluir ou alterar iniciativas decorrentes de aprovação de operações de crédito internas e/ou externas, necessárias à execução dos programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida;
- IV. descentralizar recursos dos Programas Especiais previstos na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de iniciativas específicas nas Unidades Orçamentárias executoras, por ocasião da formalização dos contratos.
- V. incluir iniciativas não orçamentárias.

§ 1º O Plano poderá ser objeto de revisão mediante projeto de lei, sempre que necessário, ressalvado o disposto no caput deste artigo.

Art. 7º Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

Art. 8º Cabe à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) estabelecer normas complementares para a gestão, monitoramento e avaliação do PPA 2012-2015.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 9º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 10. Passa a integrar a presente Lei o Anexo IV, devendo o Poder Executivo proceder às alterações dele decorrente no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.

Dep. NEREU MOURA
Presidente


Dep. CESAR SILVESTRI FILHO
Relator






ANTEPROJETO DE LEI N.º 783/2011

Súmula: Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2012.

Art. 1.º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

I - Os orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

**SEÇÃO II
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2.º A receita total apresenta a previsão da receita bruta, no montante de R\$ 35.701.243.610,00 (trinta e cinco bilhões, setecentos e um milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e dez reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 3.251.584.820,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais), ficando a despesa fixada no montante da receita líquida prevista em R\$ 32.449.658.790,00 (trinta e dois bilhões, quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa reais).

Parágrafo único. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o art. 41 da Lei Estadual n.º 16.889, de 2 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2012) e a legislação estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

GABINETE DO GOVERNADOR



EM R\$ 1,00

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	31.028.227.260
RECEITAS CORRENTES	R\$	28.779.741.500
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.248.485.760
2. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	27.776.642.440
RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	28.779.741.500
DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.251.584.820
RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	25.528.156.680
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.248.485.760
3. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO ESTADUAL)	R\$	1.907.862.970
RECEITAS CORRENTES	R\$	1.573.130.550
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	334.732.420
4. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO ESTADUAL)	R\$	2.765.153.380
RECEITAS CORRENTES	R\$	1.788.500.020
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	976.653.360
5. TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$	35.701.243.610
6. TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	32.449.658.790
6.1 RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	32.141.372.070
1. DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.251.584.820
2. RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	28.889.787.250
3. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.559.871.540

Art. 3.º A previsão de receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1.º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos quadros de detalhamento de despesa.

§ 2.º Na estimativa da receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

SEÇÃO III DOS ORÇAMENTOS

Art. 4.º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no anexo III, estimam a receita líquida em R\$ 29.684.505.410,00 (vinte e nove bilhões, seiscentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e dez reais), e fixam a despesa em igual valor.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 5.º O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado, está estimado em R\$ 2.765.153.380,00 (dois bilhões, setecentos e sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e três mil e trezentos e oitenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no anexo IV desta Lei.

Art. 6.º Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do anexo II, integrante desta Lei.

Art. 7.º As despesas referentes ao pagamento da dívida pública externa e interna constam do anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8.º A reserva de contingência consta do anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 109.311.000,00 (cento e nove milhões, trezentos e onze mil reais).

Art. 9.º O programa de obras custeado com recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no anexo V desta Lei.

Art. 10. O anexo de vinculações de que trata o art. 19, inciso VIII, da Lei Estadual n.º 16.889, de 2 de agosto de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012, está apresentado no anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV **DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS**

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2011, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2011, de acordo com o estabelecido no art. 6.º da Lei Estadual n.º 16.889, de 2 de agosto de 2011.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado, mais as transferências federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente a correção dos valores dos orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado, mais as transferências federais.

§ 2º Os valores decorrentes da aplicação do *caput* deste artigo poderão ser centralizados, em seu todo ou em parte, na reserva de contingência e o retorno para as programações, mediante créditos suplementares, não será computado nas autorizações especificadas no art. 13 desta Lei.

§ 3º No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

SEÇÃO V

DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:

I - Abrir créditos suplementares para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, com o pagamento da dívida pública, com as transferências constitucionais aos municípios, com sentenças judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo primeiro do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo primeiro do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

GABINETE DO GOVERNADOR



III - Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo primeiro do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de convênios, acordos nacionais e com agentes financeiros internacionais não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2012, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no art. 39 da Lei Estadual n.º 16.889 de 2 de agosto de 2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias-2012;

V - Proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes e de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos/atividades/operações especiais e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - Alterar as modalidades de aplicação, definidas neste orçamento, por ato da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;

VII - Alterar o programa de obras, orçado nesta Lei em relação a projetos/atividades orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento) por unidades orçamentárias, custeado com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

parágrafo único - Os créditos suplementares, as alterações no anexo de obras e as alterações nos grupos de fontes e de fontes, nos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público, em decorrência da solicitação dos respectivos Órgãos, não serão computados nos limites estipulados neste artigo.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação do Fundo Estadual de Cultura, caso seja alterado o art. 230 da Constituição Estadual.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação do Fundo Estadual do Idoso, após a revisão de sua legislação.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, necessários a execução de programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 18. Fica automaticamente ajustado o anexo de vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do art. 13 desta Lei.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco SP e Guarulhos SP, dos quais o Estado do Paraná é portador.

SEÇÃO VI **DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS**

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender à aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais ou fixadas em outras legislações, e ainda, atender às situações decorrentes da otimização administrativa, em especial às referidas nos Artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual n.º 8.485, de 3 de junho de 1987, bem como proceder às suas eventuais descentralizações.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos programas especiais, orçados nesta Lei, na Administração Geral do Estado – recursos sob supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas unidades orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do art. 44 da Lei n.º 16.889, de 2 de agosto de 2011.

SEÇÃO VII
DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Art. 24. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, atendendo somente às disposições constitucionais do art. 100 e do art. 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional n.º 62, em relação às receitas tributárias, definidas no anexo I desta Lei.

SEÇÃO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos/atividades/operações especiais os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no art. 11 desta Lei.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar, para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 28. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31.12.2011, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31.01.2012.

Art. 29. As unidades orçamentárias da administração indireta, do Poder Executivo, compreendendo as autarquias, órgãos de regime especial, empresas públicas dependentes e fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do balanço geral do Estado de 2011, 80% (oitenta por cento) dos respectivos superávits financeiros apurados em seus balanços patrimoniais do exercício de 2011, conforme disposto no art. 37 da Lei n.º 16.889, de 2 de agosto de 2011.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1º – Ficam excluídas das exigências do contido no *caput* deste artigo as seguintes unidades orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º – Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 2.º deste artigo.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar até R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, dos quais até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) deverão ser repassados à Secretaria de Estado da Segurança Pública e até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para complementação dos recursos destinados à cobertura do Sistema de Assistência à Saúde.

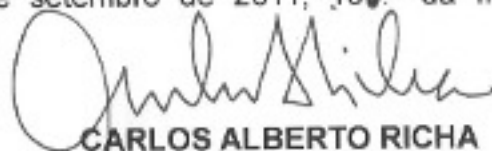
§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2011 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2012.

§ 2º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo, bem como os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no art. 6.º da Lei Estadual n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado, de 30 de dezembro de 1983.

Art. 31. Os recursos destinados à execução de ações voltadas à área da saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 64/2011

Curitiba, 28 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2012, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná; a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964; a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000; a Lei Estadual n.º 16.889, de 2 de agosto de 2011, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2012, e demais normas legais, que regem a matéria.

As propostas orçamentárias dos órgãos/unidades do Estado foram compatibilizadas com as orientações e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2012, procurando dar condições ao Governo Estadual de atender aos anseios da população paranaense, correspondentes ao exercício de 2012, incorporados no documento “Metas de Governo”, traduzidos nas três grandes Estratégias de Governo, quais sejam: Paraná do Futuro, Novo Jeito de Governar e Desenvolvimento Integrado.

O presente Anteprojeto de Lei compreende: os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista Independentes, de acordo com o artigo 133, parágrafo 6.º da Constituição Estadual.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de: Exposição justificativa que apresenta informações sobre a situação financeira do Estado; anexos contendo resumos sobre a Estimativa de Receita e a Fixação da Despesa; Programa de Trabalho do Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta; Orçamento de Investimento das Empresas Independentes; Programa de Obras para o exercício, e demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais.

Na previsão da receita foram excluídos os valores decorrentes de diferimento ou de benefícios fiscais concedidos a contribuintes de impostos estaduais, conforme determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 e o art. 40, parágrafo 2.º da Lei n.º 16.889, de 2 de agosto de 2011, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR



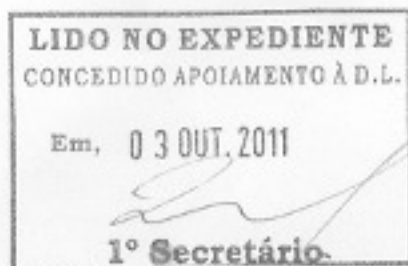
O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, estará à disposição dessa egrégia Assembleia Legislativa, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência as expressões de minha mais alta consideração e apreço.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de setembro de 2011
OF CEE/G 158/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 29/09/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 64/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado
para o exercício de 2012.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:21 03/10/2011 007641 007641 007641 007641 007641 007641 007641 007641 007641 007641

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 788/11

Trata-se de Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2012, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 064/11.

Ao Projeto de Lei original foram apresentadas 2.736 emendas, sendo 2.225 emendas à despesa, 408 emendas ao conteúdo programático e 23 ao texto da Lei.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para todas as áreas. As emendas coletivas totalizaram 97 emendas.

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos merecem acatamento por parte deste Relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos Senhores Deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 107.988.360,00 (cento e sete milhões, novecentos e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta reais), sendo atendidas por cancelamentos, na mesma importância, apontados por esta Comissão em dotação consignada na proposta do Executivo, preservando ao máximo o valor original.

Salienta-se que naquele montante não estão inclusas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões da Comissão. As emendas coletivas perfizeram um total de R\$ 574.473.860,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta reais), os quais poderão ser pagos se houver excesso da receita com impostos ou do superávit financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

É de se notar que, ao acatar 2.204 Emendas à Despesa, 234 emendas ao conteúdo programático e 21 emendas ao texto da Lei, respeitou-se à prerrogativa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

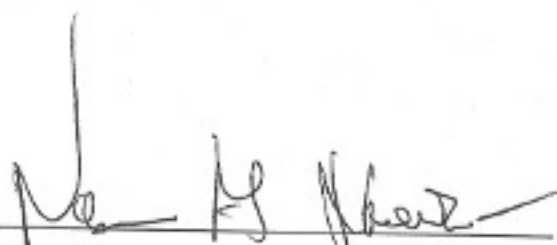
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

constitucional dos Senhores Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este Relator entendeu por bem alterar o artigo 13 do texto original o qual trata das autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência parlamentar, para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas obedecendo-se à técnica peculiar do processo classificatório.

Assim, somos **FAVORÁVEIS À APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 2011.


DEPUTADO NEREU MOURA
Presidente
DEPUTADO ELIO RUSCH
Relator



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 788/11

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2012.

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

ART. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

- I** - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II** - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

ART. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 35.701.243.610,00 (trinta e cinco bilhões, setecentos e um milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e dez reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 3.251.584.820,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 32.449.658.790,00 (trinta e dois bilhões, quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o Art.41 da Lei



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Estadual nº 16.889, de 2 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2012) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

1.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	31.028.227.260
1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	28.779.741.500
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.248.485.760
2.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	27.776.642.440
2.1.	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	28.779.741.500
2.2.	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.251.584.820
2.3.	RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	25.528.156.680
2.4.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.248.485.760
3.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	1.907.862.970
3.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.573.130.550
3.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	334.732.420
4.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.765.153.380
4.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.788.500.020
4.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	976.653.360
5.	TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$	35.701.243.610
6.	TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	32.449.658.790
6.1	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	32.141.372.070
6.2	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.251.584.820
6.3	RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	28.889.787.250
6.4	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.559.871.540

ART. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

 2



§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes à diferimento ou à benefícios fiscais, concedidos à contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO III

DOS ORÇAMENTOS

ART. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 29.684.505.410,00 (vinte e nove bilhões, seiscentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e dez reais), e fixam a Despesa em igual valor.

ART. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 2.765.153.380,00 (dois bilhões, setecentos e sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e três mil e trezentos e oitenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

ART. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.

ART. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.



ART. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.999999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 109.311.000,00 (cento e nove milhões, trezentos e onze mil reais).

ART. 9º O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

ART. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o Art. 19, inciso VIII, da Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012, está apresentado no Anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV

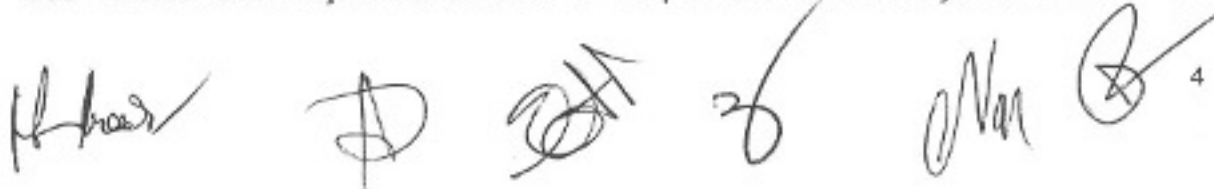
DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

ART. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecidos a preços de 30 de junho de 2011, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2011, de acordo com o estabelecido no art. 6º da Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o caput deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

ART. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do



4



Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

SEÇÃO V

DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS

ART. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;



5



III - Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do Parágrafo Primeiro do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2012, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 43 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no Art. 39 da Lei Estadual nº 16.889 de 02 de agosto de 2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias-2012;

V - Proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo. •

ART. 14. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.



ART. 15. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

ART. 16. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do Art. 13 desta Lei.

ART. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar, os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

SEÇÃO VI

DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

ART. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos Artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

ART. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

ART. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da



formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do Art. 44 da Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

SEÇÃO VII

DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

ART. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atendendo somente as disposições constitucionais do Art. 100 e do Art. 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 62, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.

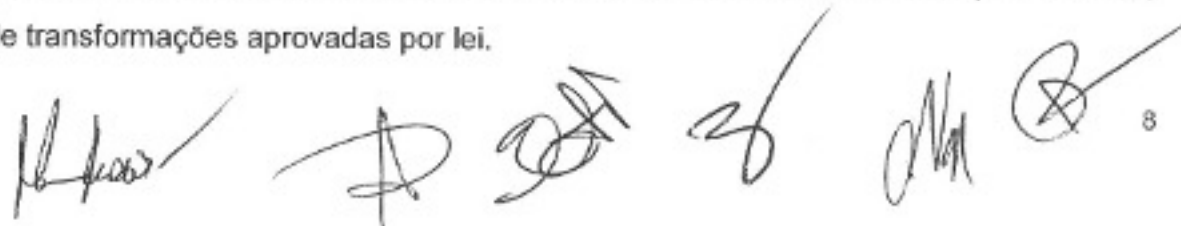
SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no Art. 11 desta Lei.

ART. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

ART. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por lei.



8



ART. 25. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31.12.2011, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31.01.2012.

ART. 26. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas Dependentes, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2011, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2011, conforme disposto no Art. 37 da Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

§ 1º – Ficam excluídas das exigências do contido no caput deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º – Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no caput deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 1º deste artigo.

ART. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar até R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, dos quais até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) deverão ser repassados à Secretaria de Estado da Segurança Pública e até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para complementação dos recursos destinados à cobertura do Sistema de Assistência à Saúde.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, de que trata o caput deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no



9



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Balanço Patrimonial de 2011 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2012.

§ 2º Os recursos de que trata o caput deste artigo, bem como, os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta lei, ficam excluídos da exigência contida no Art. 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

ART. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

ART. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – FUNESP/PR, reforço de dotação orçamentária para prevenção e recuperação de toxicômanos e alcoólatras e subvenção de institutos e entidades de combate às drogas; o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ART. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública - reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Militar; o valor de R\$ 150.000.000,00. (cento e cinquenta milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



ART. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Casa Civil - dotação 1381.17511214.802 - SANEAMENTO RURAL, reforço de dotação para implantação de ações destinadas ao Saneamento Rural, o valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ART. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado do Turismo - dotação 6302.23695054.241 - GESTÃO ESTRATÉGICA DO TURISMO, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), destinados a iniciar a implementação das ações previstas nos PDITS do PRODETUR PARANÁ, utilizados como recursos o excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ART. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - dotação 6502.20541044.256 - GESTÃO DE USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS, reforço de dotação para a recuperação de trafegabilidade das estradas rurais, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ART. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - dotação 6502.20541044.256 - GESTÃO DE USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS, reforço de dotação para a aquisição de insumos, objetivando o manejo e correção do solo, o valor de R\$ 20.000.000,00





(vinte milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ART. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Casa Civil - dotação 1301.04122403.004 – APOIO ÀS AÇÕES DO SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, reforço de dotação para os telecentros em bibliotecas cidadãs, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ART. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – dotação 6702.15451024.271 DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL INTEGRADO, recursos para infraestrutura do litoral paranaense, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ART. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), referentes a participação do Governo do Estado no exercício de 2012, na implantação do Sistema de Metrô no Município de Curitiba.

ART. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento do Órgão Defensoria Pública, a Unidade Orçamentária Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná – FADEP, criado pela Lei Complementar nº 136/2011 de 19 de maio de 2011, antes do início da execução orçamentária de 2012.



12




ART. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, recursos no valor de R\$ 574.473.860,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo X desta Lei, utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2011 ou da arrecadação do DETRAN efetivada durante o exercício de 2012, bem como, do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no Inciso II, parágrafo 1º, Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

ART. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública - reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Civil; o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do Art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.


ART. 41. Passam a integrar a presente Lei os Anexos VII, VIII, IX, X devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

ART. 42. Esta lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2012.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 2011.


Dep. NEREU MOURA
Presidente


Dep. ELIO RUSCH
Relator


ADEMAR BIASI

PROJETO DE LEI N.º 913/2011

Súmula: Revoga o inciso II, parágrafo 2.º do artigo 7.º da Lei Estadual n.º 16.561, de 16 de agosto de 2010, alterada pelo art. 10 da Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 1.º Fica revogado o inciso II, parágrafo 2.º do artigo 7.º da Lei Estadual n.º 16.561, de 16 de agosto de 2010, alterada pela pelo art. 10 da Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 22 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 94/2011

Curitiba, 22 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a revogação do inciso II do parágrafo 2.º do artigo 7.º, da Lei Estadual n.º 16.561, de 16 de agosto de 2010, alterada pelo art. 10 da Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, visando atender as metas institucionais delineadas pelo Ministério Público.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA - PR

lhph/cti

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 22 de novembro de 2011
OF CEE/G 200/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO AD.L.

Em. 23 NOV 1964

1º secretário

1 - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Eme 231/11601

Presidente

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 94/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva a revogação do inciso II do parágrafo 2.º do artigo 7.º, da Lei Estadual n.º 16.561, de 16 de agosto de 2010, alterada pelo art. 10 da Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, visando atender as metas institucionais delineadas pelo Ministério Público.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEEISRGVTVUC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:32 23/1/2011 09:47:07 0412148 1471736 5 00000



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 913/11

Projeto de Lei nº 913/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 094/11

Súmula: Revoga o inciso II, parágrafo 2º do artigo 7º da Lei Estadual 16.561, de 16 de agosto de 2010, alterada pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010.

EMENTA: ORÇAMENTO. REVOGA O INCISO II, DO PARÁGRAFO 2º, DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 16.561/2010, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 24 CF. ARTS. 65 E 133 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, visa revogar o inciso II, do parágrafo 2º do artigo 7º da Lei Estadual 16.561, de 16 de agosto de 2010, alterada pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2011.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre o orçamento, conforme o artigo 24, Inciso II, da Constituição Federal, que assim determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

II – orçamento. (Grifos nossos)

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis que estabelecem os orçamentos anuais é de competência do Poder Executivo, conforme consta no art. 133 da Constituição Estadual:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. *Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de Novembro de 2011.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Nelson Justus
Deputado Nelson Justus
Presidente

Tadeu Veneri
Deputado Tadeu Veneri
Relator



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 913/11

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 094/2011, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“a revogação do inciso II do parágrafo 2º do artigo 7º da Lei Estadual 16.739, de 29 de dezembro de 2010”*, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2011.

O inciso que se propõe revogar estabeleceu a contenção dos recursos orçamentários destinados ao Ministério Público na ordem de R\$ 28.248.741,00 (vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais). A liberação desse montante ficou condicionada na entrada de receita prevista no código 1931000000 na proporção de um terço do ingresso, até o limite estabelecido.

Entretanto tal contingenciamento é extremamente grave, pois impede o cumprimento das metas institucionais delincadas pelo Ministério Público, postergando a realização de metas da Instituição previstas na Lei Orçamentária Anual n.º 16.739, de 29/12/10,

Estes recursos deverão dar suporte ao provimento de novos cargos, incluindo-se as obrigações patronais previstas na legislação vigente, bem como que as despesas com Pessoal e Encargos não sofram solução de continuidade. No item investimento, a ampliação da área dos imóveis das comarcas do interior do estado e da inclusão de 03 (três) novas sedes, com toda a infraestrutura decorrente, inclusive com a adequação de todos os equipamentos de informática.



Garantir os recursos orçamentários, permitirá que a estratégia institucional definida para o período de 2010-2018, seja gradualmente executada, tornando realidade a visão institucional de ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição, sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade.

A Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis que estabelecem os orçamentos anuais é de competência do Poder Executivo, embasada no artigo 133 que reza:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

III – os orçamentos anuais.

Corrobora deste entendimento ainda o art. 65 da Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Art. 65 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência para propor o presente Projeto de Lei.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 28 de novembro de 2011.

DEP.


PRESIDENTE


DEP. NEREU MOURA
RELATOR






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, **31 OUT. 2011**

mauro
1º Secretário

SÚMULA: Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Espionagens da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Espionagens da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 001/2011, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

[Assinatura]
DEPUTADO MARCELO RANGEL
Presidente da CPI das Escutas

[Assinatura]
DEPUTADO MAURO MORAES
Relator

RELATÓRIO FINAL

Da leitura de todos os elementos documentais que compõem o banco de dados gerados como resultado dos trabalhos do Conselho Parlamentar, apurados durante a fase de inquérito, dependem-se as conclusões abaixo expostas objetivamente.

O fato determinado a partir pelo Plenário da Assembleia Legislativa, observado sob o ângulo constitucional estadual, nos termos do § 3º do artigo 62, e, inerte, portanto, na forma do artigo 26, do Regimento Interno, do Suplemento dos apêndices de pesquisa dentro de escopo da Assembleia Legislativa, a autoria da inserção dos aparelhos nos locais ancorados, o uso de tal fato e a possibilidade de envolvimento político nos fatos apurados, âmbito este delimitado pelo Art. do Presidente da Assembleia nº 95/2011, de 11 de fevereiro de 2011.

- Ne inuito de perseguir respostas aos questionários formulados, que motivaram a constituição desta CPI, esta relatoria entende que para expor suas conclusões, devemos inicialmente dividir o foco em 04 questões fundamentais: Trata-se de aparelhos de escuta para espionagem?
- Quem determinou a compra e instalação dos aparelhos?
- Quem instalou tais aparelhos?
- A instalação dos aparelhos teve qual motivação?

CONCLUSÃO "A"

Passamos então a analisar a questão "a", procurando identificar a serventia dos aparelhos ancorados. Para tanto, apesar dos entendimentos da Empresa EMURASIL, que procedeu a instalação nos prédios da ALEP, com resultados constantes do Banco de Dados, devemos nos reger por los dados técnicos oficiais do Secretário de Segurança Pública, realizados pela Polícia Científica, através do Instituto de Criminalística, especificamente o laudo nº 433.853-1, que embasou o Inquérito Policial nº 009/2011 do Centro de Operações Policiais Especiais - COPE, integrado pelos Autos de Apreensão 01, 02, 03 e 04.

Este laudo pericial (433.853-1), precisamente identificou que apenas em 01) dos aparelhos apreendidos, o constante dos Autos de Apreensão nº 04, instalado na Central Telefônica do Prédio dos Gabinetes dos Deputados, em laudo, poderia ser capaz de reprodução em tempo real, sendo um Transmissor de Frequência Modulada, e que o dispositivo encontrado na sala do então Diretor Administrativo, Sr. Francisco Ricardo Neto, localizado no 4º andar do prédio da Secretaria de Administração, em tese, poderia ser considerado para captação de dados, sendo que para tanto, necessitaria de outro equipamento simplificado, não sendo possível identificar se fora ou não utilizado para a instalação de escutas ambientais.

Todos os demais aparelhos e acessórios destes, integrantes dos Autos de Apreensão nº 01 e 02 do Inquérito Policial, respectivamente instalados na ante-sala e sala de reuniões do Gabinete do Presidente da Assembleia, e outro encontrado na sala da Chefia de Gabinete da 7ª Secretaria, tratam-se de bloqueadores de sinais de telefones celulares.

CONCLUSÃO "B"

Restou comprovado, que a autor da instalação de compra dos bloqueadores de Telefone Celular instalados nos Gabinetes da Presidência e na sala do Chefe de Gabinete da 1ª Secretaria, foi o servidor da Assembleia, matrícula nº 40.113, Sr. FRANCISCO RICARDO NETO, ex-Diretor Administrativo da Casa, e quem autorizou a compra dos aparelhos, foi o então Diretor Geral Sr. ERON ARBOUD, ciente em parecer da procuradoria da ALEP, informando confidencia por ambos em depoimento perante os membros desta CPI, relatos constantes dos atos investigativos das reuniões realizadas nos dias de 11 de fevereiro, 29 de março e 1º de junho de 2011.

A compra destes equipamentos foi realizada através de licitação (Carta Convite) vinculada ao Protocolo nº 3302, de 1º de abril de 2010, com cópia constante do Banco de dados da CPI, onde participaram do certame, 03 empresas:

- Merestria & Cia Ltda, CNPJ nº 05.954.665/001-46, Inscrição Estadual nº 902.93193-72;
- RFB Manutenção Elétrica Ltda, CNPJ nº 10.421.749/0001-98;
- BTE-PLACE Informática Ltda, CNPJ nº 00.673.510/0001-77.

As três empresas chamadas a participar da licitação, não tinham os aparelhos e emita controle do tel de produtos de seu catálogo de venda, os equipamentos constantes da licitação, não tendo nenhum contato técnico com tais dispositivos eletrônicos, sendo que uma delas, a que venceu o certame licitatório, Merestria & Cia Ltda, em depoimento de seu representante perante a CPI, declarou que desconfia os equipamentos e procura no mercado alguém que poderia oferecê-los e confeccioná-los, a fim de poder participar da licitação, encontrando uma empresa de São Paulo que montou os dispositivos comprados.

Quanto que, segundo relatório da Polícia Científica, em laudo de exame, tais equipamentos não poderiam ser objeto de Licitação Pública sem autorização expressa da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, visto o bloqueio desautorizado que provocou nos sinais de radiodifusão de telefones celulares das Operadoras VIVO, TIM, OI e BRASILTELECOM, interferindo assim na atividade privada, devidamente autorizada a operar no espectro brasileiro, como no mesmo sentido, também constatou o laudo pericial nº 433.853-1, às folhas 20 E 23, do Instituto de Criminalística, que assevera:

IMPORTANTE: ESTE TIPO DE ARRANJO DE BLOQUEADOR DE CELULAR É PROIBIDO PELA ANATEL (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES) PRINCIPALMENTE POR OPERAR NA FAIXA DE FREQUÊNCIAS RESERVADAS À COMUNICAÇÃO COMERCIAL, INTERFERINDO NO BOM

FUNCIONAMENTO DOS CELULARES

Embora o processo dos autos licitatórios (Protocolo nº 3302) pretenda justificar a legalidade da compra dos equipamentos, o parecer da Procuradoria da ALEP, descreve o fato da necessidade de autorização da ANATEL, para compra dos equipamentos, sem verificar a real necessidade da instalação dos dispositivos e o interesse da administração pública de ter tais bloqueadores, pois certamente existem outros meios de se impedir o descumprimento ou a interceptação de telefones celulares durante as reuniões, através da instalação de protocolos de segurança e regras formais para desligamento dos aparelhos celulares antes das audiências e reuniões.

Também não atendeu à possibilidade de que tais aparelhos agredem a saúde das pessoas frequentadoras da Assembleia e dos servidores, pois ficou comprovado nos laudos, que tais dispositivos emitem microondas com frequências em muito superiores às das telefones celulares, tão fortes que são capazes de interferir nos telefones, provocando, portanto, danos aos aparelhos e a saúde das pessoas próximas.

Neste sentido, entendemos ser o processo licitatório indicio de irregularidade, visto que, mesmo sem autorização da ANATEL, tais aparelhos são vendidos no mercado livre com preços extremamente mais baixos, do que o valor de R\$ 29.200,00 que foi pago por eles, observe:

A solicitação da compra irregular partiu do Sr. FRANCISCO RICARDO NETO e o pedido de autorização para licitação partiu do Diretor Geral, Sr. ERON ARBOUD, ciente em parecer da Procuradoria da ALEP, assinado pelo Advogado Paulo Afonso Loyola inscrito na OAB/PR, sob o nº 11.660.

A autorização para licitar foi dada pelo 1º Secretário da Comissão Executiva, Baseado em dados de legalidade imposta pelo parecer da Procuradoria Geral e a licitação foi realizada pelo Diretor de Apoio Técnico que conduziu as três empresas que nunca haviam trabalhado com dispositivos bloqueadores de celular, sendo que a vencedora (Merestria), ofertou R\$ 29.200,00, e as postulantes R\$ 29.099,00 e R\$ 29.230,00, valores extremamente próximos da vencedora, havendo então presunção de fraude, para venderem um produto que poderia ser encontrado por R\$ 422,80, talvez muito mais eficiente que o produto sem garantia que foi vendido, sem fabricante identificado, bloco como construído em fundo de quintal.

Conta do Banco de Dados da CPI, que o processo de licitação (protocolo 3302, de 1º de abril de 2010) é composto por 35 folhas, folhando do bloco dos autos, a folha de nº 28, justamente a que autorizou e determinou o pagamento, do empenho nº 00110006028.

Procedida a análise dos documentos e depoimentos acepcionados pelo Banco de Dados da CPI, não se visualizou a autorização do ordenador da despesa da ALEP para concretização do pagamento da licitação, nem a participação do então Presidente da Assembleia Deputado Nelson Junior e nem do 1º Secretário Alexandre Curi no processo de negociação da compra dos aparelhos, ficando tal comercialização circuncrita na triangulação havida entre Diretoria Administrativa, Procuradoria Geral e Diretoria Geral e por fim a Diretoria de Apoio Técnico que realizou o certame licitatório, culpada na solicitação do Sr. Francisco Ricardo Neto, e na autorização do Sr. Eron Arboud, situação esta confessada por estes agentes públicos perante os membros da CPI, constante dos depoimentos tapejados das reuniões realizadas nos dias de 11 de fevereiro, 29 de março e 1º de junho de 2011, onde assumiram integral responsabilidade pelos fatos.

Durante as reuniões avarias ordinárias, ficou claro a tentativa de desvio de foco por parte do deponente Francisco Ricardo Neto para talvez obter os trabalhos investigativos da CPI, muitas vezes entrando em conflito de informações prestadas, dizia e desdizia sem certificar as motivações para a compra dos dispositivos, que além de bloquear sinais de radio frequência e microondas, poderiam acoplados a outros dispositivos não ancorados na arquitetura, possibilitar, entre, escutas ambientais.

Assim sendo conclui-se, no que concerne ao questionário "B", que a compra irregular dos dispositivos foi solicitada e autorizada respectivamente pelos Srs. FRANCISCO RICARDO NETO e ERON ARBOUD, com indícios de irregularidade administrativa, nos termos do inciso VIII, do artigo 10, da Lei nº 8.429/92 e de fraude a licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8666/93 por firmarem contrato ilegal em nome de administração pública. Concluído-se também, que o senhor Francisco Ricardo Neto, por sua conduta em depoimento perante a CPI, cometeu o crime de perjúrio, nos termos do artigo 342 do Código Penal, acarretando-se a aplicação segundo pelo Presidente da CPI, Deputado Marcelo Rangel formalizada por meio do ofício nº 162/2011-CPI, de 21 de junho de 2011 (em anexo).

Em assim sendo, nos termos do § 3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, solicitamos a Presidência da Mesa Executiva a remessa de cópia do presente Relatório ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, para que se aprofundem as investigações e promovam a responsabilização dos infratores, indicando à Comissão Executiva desta Casa, que também promova a abertura de inquérito administrativo fundamentado nas conclusões desta CPI, a fim de que se aplique as penalidades administrativas pertinentes e se promovam os devidos ressarcimentos aos cofres públicos pelos possíveis danos causados ao erário.

CONCLUSÃO "C"

Respondendo ao questionário "c" e "d", quem efetivamente instalou os aparelhos na ante-sala e sala de reuniões da Presidência da ALEP e também na sala da Chefia de Gabinete da 1ª Secretaria, foi Sr. Francisco Ricardo Neto, não sendo possível a esta CPI averiguar a autoria da instalação do dispositivo encontrado na Central Telefônica que controla os telefones dos Gabinetes dos Deputados, visto que a entrada no recinto não era permitida nem à Coordenadora do Setor, Sra. Silvana Brufi, somente tendo acesso a referida sala o então Diretor Administrativo Francisco Ricardo Neto e seguranças do artigo artigo de Segurança da ALEP, que controlavam os acessos e detinham as chaves do recinto.



Do encaminhamento das Conclusões:

Atendidas as conclusões constantes do item 5, desta Relatório, observados os preceitos contidos nos incisos e parágrafos do artigo 38, do Regimento Interno e aprovado pelo mesmo Plenário o Projeto de Resolução constante do Item 1, solicita-se que sejam tomadas as seguintes providências pela Presidência da Mesa Executiva:

a) Sejam remetida cópia do presente relatório:

- Ao Ministério Público Estadual, para aprofundamento das investigações e responsabilização dos possíveis infratores, na forma do § 2º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, bem como a apuração dos indícios de improbidade administrativa fundamentados no Banco de Dados constante desta Comissão Parlamentar de Inquérito;
- Ao Tribunal de Contas do Estado, para auditoria da Listagem havida através do Protocolo nº 2302, de 1º de abril de 2010;
- À Secretaria de Segurança Pública;
- Ao Centro de Operações Policiais Especiais – COPE, para que integre os autos do Inquérito Policial nº 006/2011;
- Ao Instituto de Criminalística do Paraná.

Dos Agradecimentos:

Em nome de todos os Deputados Estaduais integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, externamos nossos agradecimentos a todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para a consecução dos trabalhos da CPI, em especial aos servidores que compõem a Secretaria Geral da CPI, aos quais solicitamos a Presidência da Mesa Executiva, a determinação de inserção nas respectivas fichas funcionais de votos de louvor pelos trabalhos realizados, e as seguintes pessoas e entidades:

- À Comissão Executiva integrada pelos Deputados Volmir Rossoni, Pláudio Nêto Guimarães e Romi Pereira, pelo apoio incondicional dado aos membros da CPI;
- Ao Ministério Público do Estado do Paraná;
- À Secretaria de Segurança Pública;
- Ao Centro de Operações Especiais – COPE da Polícia Civil do Estado do Paraná;
- À Polícia Científica através do Instituto de Criminalística;
- À Diretoria Legislativa desta Assembleia Legislativa pela cotação de servidor para o atendimento da CPI.

Curitiba, 27 de junho de 2011.

DEPUTADO MAURO MORAES
RELATOR DA CPI DAS ESPIONAGENS

2651702/11

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE ESPORTES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 17ª LEGISLATURA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No primeiro dia do mês de setembro de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Esportes, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Ney Leprevost, secretariado por Sr. Arselino Roika e assessorado pelo Sr. Luciano Guimarães e pelo Dr. Sérgio Gradowski. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Aos presentes, o Senhor Presidente passou a seguinte Ordem do Dia: 1- Apresentação da redação da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte; 2- Apresentação dos trabalhos da Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude, com a presença do Secretário Marcelo Bernardi Vieira Rêgo; 3- apresentação do Projeto Litoral, Circuito Verão Radical 2012 com apresentação de Sr. Sérgio Lazzari. Após as explanações dos correlacionados sobre os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e, a apresentação das atividades a serem desenvolvidas pelo Projeto Circuito Verão Radical 2012, o Presidente da Comissão abriu espaço para perguntas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavra-se o presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Arselino Eduardo Roika, Secretário da Comissão de Esportes e publicada em Diário Oficial desta Assembleia Legislativa, conforme Art. 34 do Regimento Interno desta casa.

Ney Leprevost
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de EsportesArselino Eduardo Roika
Secretário

2651702/11

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTRATO DA ATA nº 01 - 17ª LEGISLATURA
Tramitação de Projetos

- Sessão Ordinária de dia 24 de outubro de 2011.

- Deputados Presentes: André Bueno - Presidente, Leonildo Pantofo, Jonas Guimarães, Cleiton Klebe, Dailio Genari, Nelson Garcia e Toninho Wondricher.

01-PROJETO DE LEI nº 671/11

Autor: Poder Executivo

Mensagem nº 33/2011

Objeto: Visa alterar o inciso VII do artigo 2º da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, conforme especifico.

Relator: Deputado Jonas Guimarães

Parâmetros: Favorável – Aprovado

2651702/11

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
Extrato da Ata nº 03 - 17ª Legislatura

Data: 10/10/2011

Deputados Presentes: NEREU MOURA, PASTOR EDSON PRACZYK, CESAR SILVESTRIL FILHO, ENIO VERRI, ELIO RUSCH E FRANCISCO BÜHRER.

Projeto de Lei Aprovado

Projeto Aprovado por Unanimidade.

Projeto de Lei: 763/11

Autor: PODER EXECUTIVO.

Síntese: Aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, ao valor de R\$522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), no orçamento do Tribunal de Contas, com finalidade de aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto Modernização do Controle Externo – PROMOEK.

Relator da Comissão: Deputado Cesar Silvestri Filho.

2651702/11

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa
EXTRATO DA ATA nº 08

- Data: 17/10/2011

- Deputados Presentes: Dailio Genari – Presidente, Francisco Bührer, Aníbelli Neto, Alexandre Curi, Maria Turck, Pedro Laporte e Pericles de Mello.

- Proposição nº 028/11

Autor: Diretoria Financeira

Objeto: Prestação de contas dos Senhores Deputados referente a setembro de 2011.

Relator na Comissão: Deputado Aníbelli Neto.

Parâmetros: Favorável – Aprovado por unanimidade.

2651702/11

Atos Regulamentares

Diretoria Geral

PORTARIA DA DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO Nº 0023/2011

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 209 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Artigo 15 da Lei nº 16.739 de 29 de dezembro de 2010:

Resolvi:

Assinar e Ordenar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovada pela Lei nº 16.740 de 29 de dezembro de 2010 nas seguintes rubricas:

REDUÇÃO DA DESPESA:				
Código	PA	Função		Valor
44000200	2000	100		600.000,00
Total				600.000,00
ACRÉSCIMO DE DESPESA:				
Código	PA	Função		Valor
33903002	2000	100		600.000,00
Total				600.000,00

Curitiba, 11 de outubro de 2011

Benedito Machado
Diretor GeralPláudio Nêto
Presidente da Comissão

2651702/11